

Agostinho:

A prova da existência de Deus pela Verdade

Autor: Sávio Laet de Barros Campos.
Bacharel-Licenciado e Pós-Graduado em
Filosofia Pela Universidade Federal de Mato
Grosso.

Introdução: A existência de Deus é conhecida por todos

Agostinho nunca duvidou da existência de Deus. Jamais a questão do “an est” se lhe apresentara como sendo um problema no caso de Deus. O que o inquietava era o “quid est” da substância divina. Ignorava se Deus era ou não o governador de todas as coisas; desconhecia, ademais, o caminho que nos levava a Ele. Afirmava nas *Confessiones*:

Por isso nunca deixei de acreditar na vossa existência, apesar de ignorar o que éreis e desconhecer que o governo das coisas humanas Vos pertence. (...) Porém, sempre acreditei que existíeis e cuidáveis de nós, não obstante ignorar o que devia pensar da vossa substância, ou que caminho nos levaria ou reconduziria a Vós.¹

Afirmava, além disso, ser a existência de Deus conhecida por todos os homens que gozavam do uso da razão, inclusive pelos gentios. De forma que, segundo ele, exceto por uns poucos de coração mais depravado, todos admitiam a existência de Deus como autor do mundo. Diz textualmente o Doutor de Hipona:

O nome de Deus não pode ser desconhecido de criatura alguma, mesmo dos gentios, ainda antes de acreditarem em Cristo. É tão grande a virtude da verdadeira Divindade, que não pode ser absolutamente ignorada da criatura racional que já tem uso da razão. Com exceção de poucos, nos quais a natureza se encontra

¹ AGOSTINHO. *Confissões*. 2ª ed. Trad J. Oliveira Santos e A. Ambrósio De Pina. São Paulo: Abril Cultural, 1980. VI, 5, 7-8.

profundamente depravada, todo o gênero humano proclama Deus como autor do mundo.²

No *Errationes in Psalmos*, Agostinho refere-se a Deus como a alguém “(...) a quem ninguém consegue conhecer, e a quem não é permitido a alguém ignorar”³. Ora, deveras queria frisar que, inobstante nos fosse vedado conhecer a sua substância nesta vida, a sua existência era manifesta a todos, por toda a natureza criada:

A existência de Deus não é proclamada somente pela autoridade dos livros santos, mas toda a natureza que nos cerca e à qual pertencemos, proclama que reconhece a existência de um Criador excelso.⁴

Agora bem, se a existência de Deus é evidente a todos os homens, e se o que verdadeiramente ignoramos trata-se do que Deus seja (*quid sit*), fica patente que a indagação principal de Agostinho é saber *o que Deus é (quid est) e não se Ele é (an est)*.⁵ Por conseguinte, ele não pretende, mediante uma rígida e meticulosa demonstração, provar a necessidade de Deus existir; basta-lhe chamar a atenção dos homens para o fato, assaz evidente, da Sua existência. Como dizem Boehner e Gilson, em Agostinho “Não é o nosso argumento que torna necessária a existência de Deus”⁶. Menos que pelo rigor lógico de uma demonstração minuciosa, para Agostinho, a prova se dá por um encontro com Deus. Nem daria para ser diferente, pois estando Deus acima da razão, e não podendo o inferior julgar o superior, como poderia a razão pôr-se a afirmar a necessidade da existência de Deus. Di-lo-á o próprio Doutor de Hipona: “Eu nunca pensaria que é a razão que funda a existência de Deus e que é o raciocínio que garante que Deus deve existir”⁷.

Tendo em conta as premissas estabelecidas acima, passaremos a seguir o Bispo de Hipona na via até Deus, por ele traçada no *De Vera Religione* (389 e 390). A fim de complementar a nossa exposição, arrolaremos outras disposições da mesma via arazoada

² AGOSTINHO. *Comentário ao Evangelho de São João: Da Cruz à Glória*. Trad. José Augusto Rodrigues Amado. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1952. v. 5. CVI, 4.

³ AGOSTINHO. *Comentário aos Salmos*. Trad. Monjas Beneditinas. Rev. Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1997. v. II. 74, 9.

⁴ AGOSTINHO. *A Trindade*. 2ª ed. Trad. Agostinho Belmonte. Rev. Nair de Assis Oliveira e H. Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1995. XV, 4, 6.

⁵ BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. *História Da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa*. 7ª ed. Trad. Raimundo Vier. Rio de Janeiro: VOZES, 2000.p. 157. “Ademais, a intenção primária de Agostinho não é estabelecer o fato da existência de um Deus, e sim, responder à pergunta: o que é Deus?”

⁶ *Idem. Ibidem*.

⁷ AGOSTINHO. *Lettera 162*. 2. Disponível em: <<http://www.augustinus.it/italiano/lettere/index2.htm>> Acesso em: 10/11/2011. (A tradução, para o português, é nossa).

com mais pormenores no *De Libero Arbitrio* (395). A começar pelo *De Vera Religione*, após desenvolver uma reflexão fundada na fé e na autoridade, Agostinho volta-se para a razão. É o célebre esquema do *intellectus fidei* que está em movimento: *credo ut intelligam*. Como diz Gilson: “(...) nenhuma parte da filosofia agostiniana escapa do *Credo ut intelligam*, nem mesmo a prova da existência de Deus”⁸. Isso não significa, porém, que ele funde a certeza da existência na fé, pois, como também acentua Gilson: “Com certeza absoluta, a razão é capaz de provar para si a existência de Deus, dado que esta verdade é conhecida pelos filósofos pagãos, ou seja, fora de toda revelação e toda fé”⁹. No *De Vera Religione*, por exemplo, Agostinho quer saber “(...) até onde pode ir a razão na sua ascensão do visível ao invisível, do temporal ao eterno”¹⁰.

Entretanto, antes de nos atermos a esta ascensão, cumpre investigarmos acerca do conhecimento, pois “(...) não se pode distinguir em santo Agostinho o problema da existência de Deus do problema do conhecimento; é uma única e mesma questão saber como concebemos a verdade e conhecer a Verdade”¹¹. Portanto, antes de qualquer coisa, mister é nos interrogarmos: “o que é conhecer?”. Ora, para respondermos a esta questão, urge começarmos pela *teoria da sensação*, que mostra a possibilidade da sensação, quem e como ela se produz e, ainda, a instabilidade dos seus objetos. Depois, será importante refutarmos os argumentos daqueles que, negando a existência de um conhecimento acima do conhecimento sensível, negam, por consequência, também a existência da certeza, fundamento de todo conhecimento. Fá-lo-emos através do cogito (*Si fallor, sum*), pelo qual, através da própria dúvida, Agostinho estabelece a existência da certeza, condição de possibilidade de toda verdade.

Ora, já de posse da certeza de que podemos elevar-nos da instabilidade das coisas sensíveis à estabilidade das inteligíveis mediante a certeza, passaremos, pois, a considerar a ascensão propriamente dita, do visível ao invisível, do temporal ao eterno. Com efeito, da contemplação da natureza sensível, da sua harmonia e beleza, elevar-nos-emos, através da igualdade e da unidade, fundamentos da ordem e do belo, à razão, onde reside a regra ou a medida pela qual julgamos tudo o que é belo e harmonioso.

⁸ GILSON, Étienne. **Introdução ao Estudo de Santo Agostinho**. Trad. Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2006. p. 34.

⁹ *Idem. Ibidem.*

¹⁰ AGOSTINHO. **A Verdadeira Religião**. Trad. Nair de Assis Oliveira. Rev. Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 2002. 29, 52.

¹¹ GILSON. **Introdução ao Estudo de Santo Agostinho**. p. 46.

Verificaremos, pois, que a própria razão é mutável, já que passa da ignorância à certeza, do vício à virtude; no entanto, ao mesmo tempo, a regra pela qual ela julga todas as coisas, permanece, ela própria, imutável e necessária. Por isso, da razão ascenderemos a esta regra que, por ser necessária e imutável, está acima da própria razão. Chamá-la-emos verdade. Agora bem, da verdade, enquanto regra e medida pela qual julgamos todas as coisas, ascenderemos àquele que é a fonte desta regra e medida: Deus, a própria Verdade Subsistente. Passaremos, enfim, às considerações finais.

Em forma esquemática, podemos dizer que seguiremos, com certa liberdade, a mesma ordem traçada por Gilson:

(...) a prova completa é o conjunto do movimento dialético total, que compreende: 1º dúvida cética inicial; 2º refutação da dúvida pelo cogito; 3º descoberta do mundo exterior no conhecimento sensível e ultrapassagem desse mundo exterior; 4ª descoberta do mundo inteligível pela verdade e ultrapassagem desta verdade para alcançar Deus.¹²

Agora, façamos uma análise concisa da *teoria da sensação* agostiniana.

1. A teoria da sensação

No que toca à natureza do homem, temos o que podemos chamar de umas das “indeterminações agostinianas”, segundo a feliz expressão de Étienne Gilson.¹³ Enquanto cristão, Agostinho defende que o homem é uma unidade de alma e corpo. É o que diz, por exemplo, no *De Civitate Dei*: “(...) o homem não é apenas alma nem apenas corpo, mas composto de alma e de corpo”¹⁴. Quando filósofa, no entanto, adere à definição platônica segundo a qual o homem é uma alma que se serve de um corpo. Assim se expressa no *De moribus Ecclesiae Catholicae et de moribus Manichaeorum*: “(...) Portanto, tal como nos aparece, o homem é uma alma racional que se serve de um corpo”¹⁵. E não somente adere à

¹² *Idem. Ibidem.* p. 51.

¹³ *Idem. Ibidem.* p. 104.

¹⁴ AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. 4ª ed. Trad. Oscar Paes Leme. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. Parte II. XIII, XXIV, 2.

definição platônica, senão que tira dela o corolário de que a alma possui uma *transcendência hierárquica* em relação ao corpo. No *De Quantitate Animae*, afirma: “Pois parece-me que é (a alma) substância dotada de razão, destinada a governar o corpo”¹⁶. Desta feita, a alma só estaria unida ao corpo por uma aptidão natural para ser o seu princípio vital. É o que acentua Agostinho, no *De Genesi ad Litteram*: “Mas se a alma é feita para ser enviada ao corpo (...) considera-se melhor que o queira por sua natureza”¹⁷. No mais, a alma transcenderia de tal modo ao corpo em excelência, que nenhuma das paixões sofridas por este a afetariam, visto que de maneira alguma o inferior pode agir sobre o superior. Assevera do Bispo de Hipona:

Não se há de pensar que o corpo faz algo no espírito, como se o espírito se submetesse ao corpo que age pela condição de ser matéria. Com efeito, de todos os modos é mais excelente o que faz do que a matéria da qual se faz algo. De modo algum o corpo é mais excelente o espírito, pelo contrário, o espírito é mais excelente que o corpo de modo eminente.¹⁸

Pode-se questionar então: se a alma é assim tão superior ao corpo, como é possível a sensação? Antes de tudo, tenhamos presente o que dissemos acima: a alma une-se ao corpo para ser-lhe um princípio vivificador. Ora, para conservar a vida do corpo, que consiste na unidade entre as suas partes, alma, inteira e simultaneamente presente em todo o corpo e em cada uma de suas partes, exerce sobre ele uma espécie de “ação onipresente”, oriunda, por sua vez, de uma “atenção vital” que lhe é conatural. Esta atenção vital explica a possibilidade da sensação. É o que salienta o Doutor de Hipona na *Epístola 166*:

De fato, a alma se estende por todo o corpo que ela torna animado, não mediante uma difusão no espaço, mas mediante a sua atenção vital. Pois ela está presente, todo inteira e simultaneamente, em todas as partes do corpo.¹⁹

¹⁵ AGOSTINHO. *De moribus Ecclesiae Catholicae et de moribus Manichaeorum*. I, 27, 52. In: GILSON, Étienne. *Introdução ao Estudo de Santo Agostinho*. Trad. Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2006. p. 98.

¹⁶ AGOSTINHO. *A Grandeza da Alma*. Trad. Agostinho Belmonte. Rev. Joaquim Pereira Figueiredo. São Paulo: Paulus, 2008. XIII, 22. (O parêntese é nosso).

¹⁷ AGOSTINHO. *Comentário Literal ao Gênesis*. Trad. Agostinho Belmonte. Rev. J. Figueiredo. São Paulo: Paulus, 2005. VII, XXVII, 38.

¹⁸ *Idem. Ibidem*. XII, XVI, 33.

¹⁹ AGOSTINHO. *Lettera 166*. 2, 4. Disponível em: <<http://www.augustinus.it/italiano/lettere/index2.htm>>. Acesso em: 05/11/2011. (A tradução, para o português, é nossa). No *De Immortalitate Animae*, ele não é menos incisivo quanto a este ponto: AGOSTINHO. *L' Immortalità Dell' Anima*. 16, 25. Disponível em: <http://www.augustinus.it/italiano/immortalita_anima/index2.htm>. Acesso em: 05/11/2011: “A alma está, simultaneamente, toda presente, não só na extensão total do corpo, mas também em cada uma de suas partes.” (A tradução, para o português, é nossa).

A partir destes pressupostos, Agostinho passa, de fato, a explicar a sensação. Ela ocorre da seguinte forma: os objetos sensíveis estimulam os órgãos corporais, estes sofrem as suas ações, e a alma, conquanto não sofra nenhuma mudança, em razão da sua “atenção vital” para com o corpo, percebe esta modificação que o corpo sofre, e gera da sua própria substância uma imagem do objeto que fez o corpo padecer alguma modificação. No *De Genesi ad Litteram*, Agostinho explica:

Portanto, ainda que vejamos primeiro algum corpo que antes não víamos, e em seguida comece a imagem do mesmo a estar no nosso espírito, no qual podemos nos lembrar quando se ausentar, contudo, o corpo não produz a sua imagem no espírito, mas o próprio espírito a produz em si mesmo com rapidez admirável, a qual dista de modo inefável da lentidão do corpo.²⁰

Ora, é a esta percepção da alma, que produz em si mesma uma imagem do objeto sensível que afetou o corpo, que damos o nome de sensação: “Penso que sensação é a percepção pela alma do que sofre o corpo”²¹. Desta feita, só há sensação quando a alma toma consciência de que o corpo sofreu a ação de algum objeto sensível: “A sensação é certamente toda reação no corpo que não se oculta à alma (...)”²². Por isso a sensação é uma ação da alma; segundo Boehner e Gilson, “(...) a sensação é, na realidade, uma espécie de exploração do corpo pela alma”²³.

Agora bem, as sensações podem informa-nos: ou acerca de alguma necessidade do corpo ou acerca da existência de algum objeto sensível exterior. Comum a todos estes objetos é a sua instabilidade. Sujeitos a toda sorte de mudanças, tão logo são apreendidos pela alma, deixam de ser o que são, apagam-se ou sucedem-se, morrem e se corrompem. Por isso mesmo, não são passíveis de conhecimento, pois “Conhecer é apreender pelo pensamento um objeto que não muda e que sua própria estabilidade permite manter sob o olhar do espírito”²⁴.

Ora bem, os cétricos acadêmicos, que postulavam somente a existência dos objetos sensíveis, todos sujeitos à mudança, defendiam, por consequência, a impossibilidade de qualquer conhecimento, no sentido estrito do termo. A estes Agostinho refuta, fundamentando a existência da certeza através do cogito (*Si fallor, sum*), certeza esta que é a condição de

²⁰ AGOSTINHO. *Comentário Literal ao Gênesis*. XII, XVI, 33.

²¹ *Idem*. *A Grandeza da Alma*. XXIII, 41.

²² *Idem*. *Ibidem*. XXV, 48.

²³ BOEHNER, GILSON. *História da Filosofia Cristã*. p. 160.

²⁴ GILSON, Etienne. *A Filosofia Na Idade Média*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 146.

possibilidade da existência da verdade, via pela qual ascenderemos a Deus, Verdade subsistente. Importa notar que Agostinho fundamenta a existência da certeza, tomando como ponto de partida exatamente a base do pensamento cético, a saber, a dúvida. É sobre o que passaremos a discorrer abaixo.

2. O cogito agostiniano: a fundamentação da existência da certeza a partir da dúvida

Com respeito ao cogito em Agostinho, Gilson e Boehner remetem-nos a três passagens. A primeira delas, no diálogo *Solilóquios*:

Razão: Tu que queres conhecer-te a ti mesmo, sabes que existes?

Agostinho: Sei.

Razão: De onde sabes?

Agostinho: Não sei.

Razão: Sabes que te moves?

Agostinho: Não sei.

Razão: Sabes que te pensas?

Agostinho: Sim

Razão: Portanto, é verdade que pensas?

Agostinho: Sim.

Razão: Tu queres existir, viver e entender, mas existir para viver e viver para entender. Portanto, sabes que existes, sabes que vives, sabes que entendes.²⁵

Contemplemos o texto. O que ele nos diz? Antes de tudo, coloca-nos um questionamento: sabemos que existimos? Ao que ele próprio responde: sim, sabemos. Volta a indagar-nos: sabemos que existimos por que nos movemos? Diz que não. Novamente interpela-nos: sabemos que existimos por que vivemos? Deparamo-nos com mais uma negativa. Conclui, interrogando: então, como sabemos que existimos? Sabemos que existimos porque pensamos, melhor: sabemos que existimos porque *sabemos que pensamos*. Logo, segundo a perícopé, o pensamento é o fundamento da certeza da nossa existência, porque, se penso, vivo. Com efeito, ninguém poderia pensar se não vivesse. Igualmente, se penso, existo.

²⁵ AGOSTINHO. *Solilóquios*. Trad. Aduary Fiorotti. Rev. H. Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1998. II, 1, 1.

De fato, ninguém poderia pensar se não existisse. Por conseguinte, se penso, posso concluir: sou *eu* quem pensa, sou *eu* quem vive, sou *eu* quem existe.

Assim, o que diferencia os homens dos animais não é somente o conhecimento; na verdade, os animais também possuem certo grau de conhecimento. Não basta, tampouco, notar, pura e simplesmente, que o homem conhece os inteligíveis. Sem embargo, urge acrescer que o que distingue o homem dos animais irracionais é o fato de ele conhecer os inteligíveis e saber que os conhece. Destarte, eu conheço e sei que conheço; existo e sei que existo; vivo e sei que vivo: “[...] tudo o que entendo, sei que entendo, e sei que quero o que quero, e recordo tudo o que sei”²⁶.

Isto posto, Agostinho dá um passo a mais, numa passagem clássica do *De Trinitate*. Ei-la:

Quem, porém, pode duvidar que a alma vive, recorda, entende, quer, pensa, sabe e julga? Pois, mesmo se duvida, vive; se duvida lembra-se do motivo de sua dúvida; se duvida, entende que duvida; se duvida, quer estar certo; se duvida, pensa; se duvida, sabe que não sabe; se duvida, julga que não deve consentir temerariamente. *Ainda que duvide de outras coisas não deve duvidar que duvida. Visto que se não existisse, seria impossível duvidar de alguma coisa.*²⁷

O que salta aos olhos aqui é a *dúvida*. Com efeito, pode-se duvidar de tudo, mas não se pode duvidar de que se esteja duvidando! Quem duvida? Pergunta Agostinho. Eu, responde também Agostinho. Logo, pode-se duvidar de tudo, mas toda dúvida pressupõe ao menos uma certeza: a existência do “eu” que duvida. A existência do “eu” é, assim, a condição de possibilidade de toda e qualquer dúvida. Se o “eu” não existisse, dúvida alguma seria possível. Mas Agostinho só arremata o argumento no *De Civitate Dei*. Nesta obra, torna-se claro que se trata de uma refutação ao ceticismo dos Acadêmicos, minando-o nos seus pontos fortes: a dúvida e o engano. Senão, vejamos:

*Pois, se me engano, existo. Quem não existe não pode enganar-se; por isso, se me engano, existo. Logo, quando é certo que existo, se me engano? Embora me engane, sou eu que me engano e, portanto, no que conheço que existo, não me engano. Segue-se também que, no que conheço que me conheço, não me engano. Como conheço que existo, assim conheço que conheço.*²⁸

²⁶ AGOSTINHO. *A Trindade*. X, 11, 18.

²⁷ *Idem. Ibidem*. X, 10, 14. (O itálico é nosso).

²⁸ AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. XI, XXVI. (Os itálicos são nossos).

O *Si fallor, sum*, mostra que Agostinho deduz a certeza da própria dúvida, pois não podemos duvidar que estejamos duvidando.²⁹ Logo, é pelo menos certo que duvidamos. Além disso, se me engano, sou eu que me engano, pois se não fosse eu a me enganar, o engano não seria possível para mim. Logo, se me engano, existo. O engano não existiria se eu não existisse antes para me enganar. Não existiria dúvida se “eu” não existisse para duvidar. Não haveria engano, se não existisse o “sujeito” do engano. É certo, portanto, que eu existo. A dúvida, o engano, alicerces do argumento cético, voltam-se, pois, contra os cétricos, visto que, enquanto fundados no pensamento, evidenciam ao menos uma coisa: a existência do “eu pensante” em estado de dúvida:

(...) Quem quer que perceba intelectualmente que duvida, percebe uma verdade. Possui uma certeza sobre esse objeto. Possui, pois, uma certeza sobre um objeto verdadeiro. Por conseguinte, quem quer que duvide da existência da verdade, possui em si mesmo, algo de verdadeiro, de onde tira todo fundamento para a sua dúvida. (...) Não possui, pois, o direito de duvidar da existência da verdade aquele que de um modo ou de outro chegou à dúvida.³⁰

Com a fundamentação da existência da certeza pelo *cogito, de jure e de facto*, já estamos de posse da existência da verdade, pois, em Agostinho, a verdade é *aquilo que é (id quod est)*³¹. Tentemos conquistá-la, desta feita, dialética e especulativamente, ascendendo das coisas sensíveis às inteligíveis, até chegarmos ao seu fundamento último, que é Deus: *Veritas Prima*.

²⁹ AGOSTINHO. **A Verdadeira Religião**. 39, 73: “Se não percebes bem o que digo, e duvidas que isso seja a verdade, toma consciência, pelo menos, de que não duvidas que tenhas duvidado.”

³⁰ *Idem. Ibidem*.

³¹ *Idem. Ibidem*. 36, 66: “Se está claramente manifesto que a falsidade faz crer na existência daquilo que não é (*quod non est*), compreende-se que a verdade seja a que manifeste aquilo que é (*id quod est*).” (Os parênteses são nossos).

3. A contemplação da natureza: os graus de perfeição do ser e a superioridade do ser racional

Agora bem, é na contemplação da natureza – na sua ordem e beleza – que Agostinho procura a Deus.³² É preciso que olhemos para as belezas naturais, deveras transitórias e passageiras, não com vã curiosidade, mas com atenção. Elas serão a escada por onde nos elevaremos, gradativamente, até as realidades imperecíveis e permanentes.³³ É ao contemplarmos as belezas naturais, que veremos que a sua origem é uma *Natureza Viva*. Viva, dizemos, porque dá a vida; ora, nada que não seja vivo pode conceder a vida. Desta sorte, uma natureza que confere vida a um corpo sem vida é superior a ele.³⁴ Não importa qual seja o esplendor e a beleza do corpo, se este não tem vida, não merece a nossa estima em detrimento d'outro que a possui.³⁵ Sem embargo, na natureza existe uma lei: “(...) que a substância viva tenha prioridade sobre a substância sem vida”³⁶.

Ora, os animais vivem e sentem, todavia, são irracionais. E ninguém negará que seja superior aos animais a alma humana, não considerando aquilo que ela tem de comum com eles, a saber, a vida e os sentidos, mas, precisamente, pela sua capacidade de *julgar*, isto é, pela sua *razão*.³⁷ De fato, se nos ativermos ao que ambos têm em comum, vale dizer, a sensibilidade, teremos que admitir que há animais cuja visão é mais perspicaz que a do homem. Com efeito, existem animais que penetram os corpos mais profundamente que os homens. Entretanto, nenhum deles pode julgar as coisas que sentem. Só a razão o pode. Por conseguinte, é pela faculdade racional – ausente nos animais e presente em nós – que nos tornamos superiores a eles. De resto, nada mais patente que o fato de que aquele que julga é superior à coisa julgada. Até porque os seres racionais não julgam somente os objetos

³² *Idem. Ibidem.* 29, 52: “É preciso não ser, em vão nem inútil, o exercício da contemplação da natureza: a beleza do céu, a disposição dos astros, o esplendor da luz, a alternância dos dias e noites, o ciclo mensal da lua, a distribuição do ano em quatro estações, análoga à divisão dos quatro elementos, o prodigioso poder dos gérmenes geradores das espécies e dos números, a existência de todos os seres, enfim, pois cada uma guarda sua própria característica e natureza.”

³³ *Idem. Ibidem.*: “Esse espetáculo não é feito para exercermos sobre ele vã e transitória curiosidade. Mas sim para nos elevar gradualmente até as realidades imperecíveis e permanentes.”

³⁴ *Idem. Ibidem.*: “Se ela (uma natureza) confere vida ao corpo é preciso que ela lhe seja superior.” (O parêntese é nosso).

³⁵ *Idem. Ibidem.*: “Uma massa qualquer, mesmo refulgente como essa luz que vemos, se não possuir a vida, não merece lugar elevado em nossa estima.”

³⁶ *Idem. Ibidem.*

³⁷ *Idem. Ibidem.*: “Ninguém contesta que os animais irracionais vivem e sentem. Do mesmo modo é aceito ser superior a eles a alma humana. Não pelo fato de ela perceber o sensível, mas pelo poder que ela tem de julgar.”

sensíveis, mas julgam também os seus próprios sentidos.³⁸ Donde esclarece que, “(...) como a vida sensitiva é superior ao corpo inorgânico, a vida racional é superior a ambos”³⁹.

4. *Qual é a proveniência da norma imutável pela qual a alma mutável julga as coisas*

Ora bem, se for pelas suas próprias normas que a nossa alma julga todas as coisas, não existirá nenhuma natureza que lhe seja superior. No entanto, é outra realidade que percebemos. De fato, a nossa alma é mutável: sabe algumas coisas, mas ignora outras; ora conhece, ora desconhece. Precisa, afinal, ser instruída para poder julgar com retidão.⁴⁰ Ao contrário, a norma pela qual a nossa alma julga as coisas parece ser imutável. Destarte, urge indagarmos de onde provém esta norma, cuja experiência não nos diz coisa alguma, mas que o nosso intelecto atesta a sua existência.⁴¹ Deveras é fato que possuímos em nós uma regra superior a nós.

Importa saber, pois, em que consiste esta superioridade da regra pela qual julgamos todas as coisas? Para compreendermos com exatidão isso, temos que ter presente, antes de tudo, que o que nos apraz é a *harmonia*, fonte da beleza. Só que onde há harmonia, há também igualdade e unidade.⁴² Agora bem, em nenhum dos corpos podemos ver a igualdade ou a harmonia perfeitas.⁴³ Sendo assim, a verdadeira igualdade e semelhança, isto é, a unidade primeira, não as encontramos nas coisas corporais. Todavia, se os nossos sentidos não as encontram, o nosso espírito as percebe.⁴⁴ Com efeito, se, por um lado, procuramos certa

³⁸ *Idem. Ibidem.* V, 29, 53: “Com efeito, encontram-se muitos animais cuja vista é mais penetrante do que a dos homens. Com outros sentidos que possuem, chegam a perceber mais agudamente as propriedades dos corpos. Mas para levantar um julgamento sobre isso, não é possível a vida exclusivamente sensível. É preciso possuir a razão. E o que está ausente nos animais é o que faz a nossa superioridade. O ser que julga é superior à coisa julgada – isso é facilíssimo de constatar. Além do mais, o ser racional não julga somente a respeito dos objetos sensíveis, mas também sobre os seus próprios sentidos.”

³⁹ *Idem. Ibidem.*

⁴⁰ *Idem. Ibidem.* V, 30, 54: “Se a alma racional julga conforme as suas próprias normas, não haverá nenhuma natureza que lhe seja superior. Todavia, vemos que ela é evidentemente mutável, pois ora é douta, ora ignorante. Julga tanto melhor quanto mais for instruída.”

⁴¹ *Idem. Ibidem:* “Portanto, é sobre a essência da arte que será preciso indagarmos. Entendo referir-me aqui por arte, não ao que se obtém pela experiência, mas ao que se descobre pela intelecção.”

⁴² *Idem. Ibidem.* V, 30, 55: “Em toda parte, o que agrada é a harmonia, a qual assegura a integridade e a beleza.”

⁴³ *Idem. Ibidem:* “Mas se alguém puder encontrar entre os corpos perfeita igualdade e semelhança ousará dizer, depois de diligente consideração, que algum corpo é real e simplesmente uno?”

harmonia nos corpos, por outro, estamos bastante convencidos de quão longe esta harmonia fica daquela perfeição infinita que só a nossa mente alcança.⁴⁵ Trata-se, na verdade, de uma perfeição inominável aquela pela qual julgamos as coisas exteriores. Como diz Agostinho, já acenando à sua transcendência: “Se ao menos pudesse ser denominada perfeita aquela perfeição que não foi feita”⁴⁶. Passemos a analisá-la.

5. Para além do tempo, do lugar e da própria razão está a verdade

As obras da natureza e as dos homens, todas elas subsistem em algum tempo e em algum lugar, como os corpos naturais.⁴⁷ Contudo, aquela perfeita igualdade e unidade que só o espírito vê e conhece e pelas quais julga e conhece os corpos identificados pelos sentidos, não se encontram em nenhum lugar e em tempo algum.⁴⁸ Assim sendo, esta lei perfeita não é nem maior, nem menor que o espaço e o tempo, pois maior e menor se aplicam somente às coisas que estão no espaço e no tempo. Porém, aquela lei suprema de igualdade e unidade simplesmente se subtrai a todo o espaço e a todo o tempo.⁴⁹ Ora, se esta lei que, por estar fora do tempo, é imutável; se o nosso espírito, que a vê, ao contrário, é mutável e sujeito a erros, torna-se então evidente que existe em nossa mente mutável, uma lei imutável acima dela, qual seja, a própria Verdade.⁵⁰ Alguns corolários podemos tirar desta constatação. O primeiro está no fato de a alma tomar consciência de que não julga as coisas por si mesma. Destarte, se se reconhece superior às coisas que julga por um lado, por outro, reconhece-se inferior àquilo

⁴⁴ *Idem. Ibidem*: “Certamente, a verdadeira igualdade e semelhança, assim como a verdadeira e primeira Unidade não são percebidas pelos olhos corporais, nem por nenhum sentido, mas por uma intelecção do espírito.”

⁴⁵ *Idem. Ibidem*: “- Donde viria essa exigência de igualdade entre os corpos, unida à convicção de que essa igualdade difere infinitamente daquela outra que é perfeita (O Deus único), se o nosso espírito não a pudesse perceber com os olhos da mente?”

⁴⁶ *Idem. Ibidem*.

⁴⁷ *Idem. Ibidem*. V, 30, 56: “Todas as coisas sensivelmente belas – sejam elas obras da natureza, sejam elaborações da arte humana – não podem subsistir na beleza, sem tempo e lugar, tal o corpo e seus diferentes movimentos.”

⁴⁸ *Idem. Ibidem*: “Entretanto, aquela igualdade e unidade, que só o espírito conhece e pelas quais ulga a beleza corpórea – conhecida pelos sentidos – essa igualdade e unidade não se encontram repartidas no espaço, nem se movem no tempo.”

⁴⁹ *Idem. Ibidem*: “Como pois, duvidar de que essa lei seja nem maior nem menor que os intervalos do espaço e do tempo, mas que com poder supera tudo?”

⁵⁰ *Idem. Ibidem*: “Pelo fato de essa lei de todas as artes ser absolutamente imutável, enquanto o nosso espírito – que recebeu o dom de constatar isso – está sujeito às variações do erro, é claro que existe acima de nossa mente uma lei imutável chamada Verdade.”

pelo qual julga todas as coisas. Além disso, toma conhecimento de que não pode julgar aquela lei imutável, segundo a qual julga todas as demais coisas.⁵¹ Ascendamos desta realidade, superior à nossa razão, a Deus e a sua transcendência.

6. A prova da existência de Deus pela Verdade e sua transcendência

Agostinho não tarda em afirmar que: “(...) aquela natureza imutável que se acha acima da alma racional é Deus”⁵². Diz ele: “Aí está a primeira Sabedoria”⁵³ Acerca desta natureza, declina ainda: “É a Verdade imutável, justamente chamada a lei de todas as artes e a Arte do onipotente Artífice”⁵⁴. Entretanto, quando trata de definir em que consiste exatamente esta lei imutável, Verdade Eterna, Sabedoria primeira, Arte do Onipotente Artífice, Agostinho confessa: “Como é esse ideal, ninguém sabe explicar bem”⁵⁵.

Agora bem, no momento de saber como Deus está presente na alma ou como a alma entra em contato com Ele, Agostinho não nos oferece uma resposta clara. Tentemos aos menos entender os principais pontos do seu pensamento a este respeito. Todo homem capaz de percepção, encontra-se, de certa forma, enclausurado em sua própria percepção, ou seja, a percepção que lhe advém de um determinado objeto só a ele pertence. Todavia, os objetos de sua percepção são comuns aos outros homens:

Está, pois, claro que os objetos percebidos por nossos sentidos corporais, sem entretanto os transformarmos, ficam, entretanto, estranhos à natureza de nossos sentidos. E assim são eles um bem comum, porque não são convertidos nem transformados em algo próprio nosso, e por assim dizer, naquilo que é de nosso uso privativo.⁵⁶

⁵¹ *Idem. Ibidem*: “Assim sendo, a alma toma consciência de que não é por si mesma que pode julgar sobre a forma e o movimento dos corpos. Ao mesmo tempo, ela reconhece que sua própria natureza é superior à natureza daquelas coisas sobre as quais julga. Contudo, reconhece também, ser ela mesma de natureza inferior àquela de quem recebe o poder de julgar. E que não é capaz de julgar sobre essa natureza que lhe é superior.”

⁵² *Idem. Ibidem*. V, 31, 57.

⁵³ *Idem. Ibidem*.

⁵⁴ *Idem. Ibidem*.

⁵⁵ *Idem. Ibidem*.

⁵⁶ AGOSTINHO. **O Livre-Arbítrio**. 3ª ed. Trad. Nair de Assis Oliveira. Rev. Honório Bosco. São Paulo: Paulus, 1995. II, 7, 19.

Ora, importa saber se há objetos comuns à razão, como há aos sentidos. Sem dúvida que há. É o caso das verdades matemáticas. Decerto que os números são perceptíveis aos sentidos. Porém, as leis que os regem e as relações que vigoram entre eles não pertencem aos sentidos, nem a uma razão particular; ao contrário, são comuns a todos os seres racionais de todos os tempos e lugares. De fato, sete mais três são dez sempre e em todo lugar. Por isso, afirma Agostinho:

Por essas provas e muitas outras semelhantes, todos aqueles que raciocinam e a quem Deus concedeu o espírito, mas igualmente a quem a teimosia não envolveu nas trevas, são forçados a reconhecer que a lei e a verdade dos números escapam ao domínio dos sentidos corporais, e que essas leis são invariáveis e puras, oferecendo-se universalmente aos olhos de todos aqueles que são capazes de raciocínio.⁵⁷

Ademais, estas verdades matemáticas não estão presentes a este ou àquele homem em particular, mas sim a todos os homens capazes de raciocinar. Ao mesmo tempo que são descobertas na “subjetividade” de cada qual, são “transsubjetivas”⁵⁸, porque privativas de todo “sujeito” racional. Neste sentido, acerca da imutabilidade da verdade concernente ao números, assevera Agostinho:

E não as poderás considerar como sendo tua ou como exclusivamente minha, nem de ninguém. Pelo contrário, apresenta-se ela e oferece-se universalmente a todos os que são capazes de contemplar as realidades invariavelmente verdadeiras. É ela semelhante a uma luz admiravelmente secreta e pública ao mesmo tempo. Ora, a respeito de algo que pertence assim universalmente a todos os que raciocinam e compreendem, poder-se-ia dizer que pertence como própria à natureza particular de alguém?⁵⁹

De fato, as verdades matemáticas estão acima da nossa razão e suas leis transcendem os nossos sentidos. Com efeito, assim como os objetos comuns aos sentidos não são exclusivos de ninguém e nem pertencem à natureza dos sentidos de ninguém, e é justamente por isso que são acessíveis a todos os homens capazes de percepção ao mesmo tempo, assim também, no que toca às verdades da mente, tem-se que elas não pertencem a nenhuma

⁵⁷ *Idem. Ibidem.* II, 8, 24.

⁵⁸ Os termos “subjetividade” e “transsubjetivo” são aplicados à doutrina de Agostinho por Boehner e Gilson: BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa.** 7ª ed. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: VOZES, 2000. pp. 155 e 156.

⁵⁹ AGOSTINHO. **O Livre-Arbitrio.** II, 12, 33.

singularidade, nem são privativas da mente de qualquer pessoa, senão que se encontram acessíveis a todos os homens dotados de razão. É o que afere o nosso filósofo:

Tu te lembras, penso eu, de nossas considerações precedentes sobre os sentidos corporais? A respeito daqueles objetos que percebemos em comum pelos sentidos da vista ou do ouvido, tal como as cores e os sons, nós os vemos ou entendemos conjuntamente, tanto eu como tu. E contudo, esses objetos não pertencem à natureza de nossos olhos ou ouvidos, mas nos são comuns, enquanto objetos de percepção. Assim não dirias sobre esses objetos que percebemos um com sua própria mente, que eles constituam a natureza individual da mente de qualquer de nós. Por que se os olhos de duas pessoas vêem juntos, ao mesmo tempo, um objeto, será impossível esse objeto ser identificado com os olhos desta ou daquela. Será esse tipo de objeto terceira coisa para a qual se dirigem os olhares de uma pessoa e outra.⁶⁰

Resta saber se esta verdade que rege os números é inferior, igual ou superior à razão. Se fosse inferior à nossa razão, esta a julgaria como julga os corpos: “(...) ‘este é menos branco do que deveria ser’ ou: ‘é menos quadrado’, e ainda a respeito de muitas outras propriedades”⁶¹. Por outro lado, se esta verdade fosse igual a nossa alma, poderíamos julgá-la como fazemos com a nossa própria alma: “(...) ‘ela é menos capaz do que deveria ser’, ou: ‘menos condescendente’, ou: ‘menos corajosa’, conforme a modalidade com que se apresenta nosso estado moral”⁶². Na verdade, em se tratando desta verdade, percebemos que, diante delas, é a nossa própria razão que se curva, apenas atestando a veracidade de suas normas e nunca as julgando: “Quando alguém afirma: ‘as coisas eternas são superiores às temporais’, ou então: ‘sete e três são dez’, ninguém diz: ‘isso deveria ser assim’. Pelo contrário, cada um apenas constata ser assim”⁶³. Desta sorte, conclui Agostinho: “(...) se a verdade não é nem inferior, nem igual a nossa mente, segue-se que ela só pode ser superior e mais excelente do que ela”⁶⁴. E diz ainda:

A verdade é, pois, sem contestação superior e mais excelente do que nós, porque ela é una e ao mesmo tempo torna sábia, separadamente, cada uma de nossas mentes e as faz juízes das outras coisas todas. Jamais, porém, a mente é juiz em relação à Verdade transcendente.⁶⁵

⁶⁰ *Idem. Ibidem.*

⁶¹ *Idem. Ibidem.* II, 12, 34.

⁶² *Idem. Ibidem.*

⁶³ *Idem. Ibidem.*

⁶⁴ *Idem. Ibidem.*

Agora bem, a regra eterna, presente em nossa mente e superior a ela, que julga todas as coisas e por nada é julgada, é o próprio Deus ou é apenas uma iluminação de Deus, Verdade Subsistente? Em outras palavras, acima da nossa razão está Deus ou estão estas regras eternas, provindas de Deus? Agostinho não dá uma resposta clara a esta pergunta, mas a esboça numa passagem do *De Trinitate* onde diz que a presença da Verdade em nós se dá por meio de uma impressão das regras e normas eternas provenientes dela. Tais normas e regras eternas tornam-se expressas em todos os nossos julgamentos, não só nos julgamentos concernentes às verdades matemáticas, mas também aos referentes às regras morais. No *De Vera Religione*, estas regras abrangem também as leis estéticas. Não se trata, pois, de uma impressão física, mas, por assim dizer, de uma impressão espiritual. Assim como a marca de um anel fica impressa na cera sem deixar de estar nele, assim estas regras e normas estão impressas em nosso espírito. Embora as nossas malversações possam obscurecê-las, todos os homens, mesmo os mais ímpios, possuem-na. Sendo assim, em nossa alma estaria apenas esta luz, que é como uma impressão espiritual destas verdades eternas. Esta luz bastaria para indicar-nos a proveniência delas e atestar a existência de uma Verdade substancial. Acompanhemos a clássica passagem do *De Trinitate*:

Onde, pois, estarão escritas essas regras? Elas que possibilitam ao injusto, descobrir que deve possuir aquilo que ele mesmo não possui? Onde hão de estar escritas senão no livro daquela luz que se chama Verdade? Nesse livro é que se baseia toda lei justa que é transcrita e se transfere para o coração do homem que pratica a justiça. Não como se ela emigrasse de um lado para o outro, mas a modo de impressão na alma. Tal como a imagem de um anel fica impressa na cera, sem se apagar do anel. Entretanto, aquele que não pratica a justiça, apesar de saber que deve praticá-la, afasta-se daquela, pela qual, no entanto, é iluminado. Quanto a quem não sabe como deve viver, peca com atenuantes, porque não é transgressor de uma lei que lhe seja conhecida. Mas também ele é atingido pelo resplendor da verdade, que está presente em toda parte, se quando for admoestado, confessar sua culpa.⁶⁵

Na verdade, no que toca diretamente à prova da existência de Deus, a pergunta se existe, acima destas regras e normas eternas que descobrimos em nossa alma, algo ainda mais

⁶⁵ *Idem. Ibidem.* II, 14, 38. À mesma conclusão ele chega numa célebre passagem das *Confissões*: AGOSTINHO. *Confissões*. XII, 25, 34: “Eis as palavras fraternas e pacíficas que lhe dirijo: Se ambos vemos o que é verdade o que tu dizes, e se ambos vemos que é verdade o que eu digo, onde, pergunto eu, o vemos nós? Nem eu, sem dúvida, o vejo em ti, nem tu em mim, mas vemo-lo ambos na imutável Verdade que está acima das nossas inteligências.”

⁶⁶ AGOSTINHO. *A Trindade*. XIV, 15, 21.

elevado é de somenos importância para Agostinho. Tendo constatado que, acima da razão, há uma regra imutável que não pode proceder, nem das coisas sensíveis, posto que são mutáveis, nem da nossa razão, visto que também é mutável, temos apenas que: ou esta medida é Deus mesmo ou, superior a ela, só o próprio Deus. Aliás, o próprio Agostinho di-lo-á expressamente que “(...) a alma está a tal altura na hierarquia das naturezas – não dos espaços – que acima dela só existe Deus”⁶⁷. De modo que, ao constatar a existência desta lei e atestarmos que ela é superior à razão, evidenciamos a existência de Deus. É o que Agostinho também responde a Evódio no *De Libero Arbitrio*:

Está entendido. Pois bastar-me-á, então, mostrar a existência de tal realidade que, ou bem aceitarás como Deus; ou bem, caso haja outro ser acima dela, concordarás que esse mesmo ser é verdadeiramente Deus. Assim, haja ou não algum ser superior a essa realidade, será evidente que Deus existe, desde que, com a ajuda desse mesmo Deus, eu tiver conseguido demonstrar, como o prometi, a existência de uma realidade superior à razão.⁶⁸

Passemos às considerações finais deste trabalho.

Conclusão

Podemos retomar as fases da prova de forma mais sucinta. Sob certo aspecto, todos os nossos conhecimentos começam pelos sentidos.⁶⁹ Ora, nada há no mundo sensível que seja imutável, necessário e, menos ainda, eterno.⁷⁰ Tampouco o espírito humano é menos contingente e mutável do que os próprios objetos sensíveis.⁷¹ Entretanto, a alma encontra em si certas regras verdadeiras, ou seja, necessárias, imutáveis e eternas⁷², pelas quais julga as demais. Ora bem, a única maneira de explicarmos a presença da verdade na alma, com os seus atributos indeclináveis de necessidade, imutabilidade e eternidade, será admitindo também a

⁶⁷ *Idem. Ibidem.* XIV, 14, 20.

⁶⁸ *Idem. O Livre-Arbitrio.* II, 6, 14.

⁶⁹ GILSON. *A Filosofia Na Idade Média.* p. 147: “Em certo sentido, todos os nossos conhecimentos derivam das nossas sensações.”

⁷⁰ *Idem. Ibidem:* “Ora, nenhum objeto sensível é nem necessário, nem imutável, nem eterno.”

⁷¹ *Idem. Ibidem:* “Mas eu não sou menos contingente e mutável do que as coisas que o são (...)”.

⁷² *Idem. Ibidem:* “Necessárias, imutáveis, eternas – resumem-se esses três atributos dizendo-se que são verdadeiras.”

sua transcendência sobre a razão.⁷³ Portanto, há na razão, a verdade que está acima da razão.⁷⁴ Existe no homem, algo que lhe é superior.⁷⁵ Necessária, imutável e eterna, a verdade que encontramos na razão, ultrapassa-a. Ora, é precisamente esta regra imutável, que se encontra no homem, mas que, ao mesmo tempo, transcende-o, que Agostinho chama Deus.⁷⁶ E mesmo que esta lei ou verdade não fosse o próprio Deus, e houvesse, acima dela, algo ainda mais elevado, este algo somente poderia ser o mesmo Deus. De maneira que, ao estabelecer que há algo superior à nossa razão, tornamos manifesta a existência de Deus. É o que Agostinho exorta Evódio a reconhecer:

Ora, (Evódio), tu admitiste que se te eu demonstrasse a existência de uma realidade superior à nossa mente, reconhecerias ser Deus essa realidade Mas só no caso de nada existir acima dessa realidade. E ao aceitar essa concessão, disse eu, que me bastaria, com efeito, fazer tal demonstração. Pois se houvesse alguma realidade mais excelente, essa precisamente seria Deus. E se não houvesse nada mais excelente do que ela, então, imediatamente, essa mesma verdade seria Deus. Em ambos os casos, todavia, não poderias negar que Deus existe. E precisamente era esta a questão que nós nos tínhamos proposto debater e discutir.⁷⁷

O caminho da prova é de fácil apreensão. Ele exige apenas um termo, a saber, que encontremos algo superior a nossa razão, quer esta realidade seja o próprio Deus, quer seja a verdade. Para chegar a esta constatação, percorremos a seguinte via: do que é exterior passamos ao que nos é interior. Feito isso, pelos motivos que aduzimos acima, descobrimos que há algo em nosso íntimo que nos é superior.⁷⁸ Assim, encontramos Deus na nossa alma. A mística nos dirá que Ele é a razão da nossa vida e é mais íntimo a nós que o nosso próprio íntimo.⁷⁹ Destarte, ao menos no âmbito natural, não importa se esta presença divina em nós se dê tão somente pela iluminação das regras eternas, o fato é que, uma vez provada a existência de algo superior à nossa razão, comprovamos, demonstrativamente, a existência de Deus.

⁷³ *Idem. Ibidem*: “A necessidade do verdadeiro para razão não é mais que o sinal da sua transcendência sobre ela.”

⁷⁴ *Idem. Ibidem*: “A verdade, na razão, está acima da razão.”

⁷⁵ *Idem. Ibidem*: “Há no homem, portanto, algo que excede o homem.”

⁷⁶ *Idem. Ibidem*: “Já que é a verdade, esse algo é uma realidade puramente inteligível, necessária, imutável, eterna. É precisamente o que chamamos de Deus.”

⁷⁷ AGOSTINHO. *O Livre-Arbítrio*. II, 15, 39.

⁷⁸ GILSON. *A Filosofia Na Idade Média*. 148: “É por isso que todos os caminhos agostinianos para Deus seguem itinerários análogos, do exterior para o interior e do interior para o superior.”

⁷⁹ AGOSTINHO. *Confissões*. III, 6, 11: “Vós, porém, éreis mais íntimo que o meu próprio íntimo (...)”.

Segue-se disto que a existência de Deus é algo patente a nós não só pela fé, mas também pela razão:

Deus, pois, existe. Ele é a realidade verdadeira e suma, acima de tudo. E eu julgo que essa verdade não somente é objeto inabalável de nossa fé, mas que nós chegamos a ela, pela razão, como sendo uma verdade certíssima, ainda que sua visão não nos seja muito profunda, pelo conhecimento.⁸⁰

Há, pois, em Agostinho, uma *metafísica da interioridade* que se desabrocha numa “autotranscendência”. Primeiro ele diz: “Não saias te ti, mas volta para dentro de ti mesmo [*Noli foras ire, in teipsum redi*], a Verdade habita no coração do homem [*in interiore homine habitat veritas*]”⁸¹. Eis a interioridade. No entanto, em seguida, ele completa: “(...) vai além de ti mesmo [*transcende et teipsum*]”⁸². Eis a “autotranscendência”. Temos, então, a *passagem* da introversão à transcendência. Ora, sem esta passagem, a alma não chega a Deus. O próprio Agostinho di-lo-á: “(...) se a alma não se erguer acima de si mesma, não chegará à visão de Deus e ao conhecimento daquela substância imutável”⁸³. Assim, para Agostinho, o homem é capaz de Deus (*capax Dei*)!

⁸⁰ AGOSTINHO. **O Livre-Arbítrio**. II, 15, 39.

⁸¹ *Idem*. **A Verdadeira Religião**. 39, 72.

⁸² *Idem*. *Ibidem*.

⁸³ AGOSTINHO. **Comentário aos Salmos**. Trad. Monjas Beneditinas. Rev. Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1998. v. III. 130, 12.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. 4ª ed. Trad. Oscar Paes Leme. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **A Cidade de Deus**. 4ª ed. Trad. Oscar Paes Lemes. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001. v. II.

_____. **A Grandeza da Alma**. Trad. Agostinho Belmonte. Rev. Joaquim Pereira Figueiredo. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **A Trindade**. 2ª ed. Trad. Agostinho Belmonte. Rev. Nair de Assis Oliveira e H. Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. **A Verdadeira Religião**. Trad. Nair de Assis Oliveira. Rev. Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. **Comentário ao Evangelho de São João: Da Cruz à Glória**. Trad. José Augusto Rodrigues Amado. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1952. v. 5.

_____. **Comentário aos Salmos**. Trad. Monjas Beneditinas. Rev. Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1997. v. II.

_____. **Comentário aos Salmos**. Trad. Monjas Beneditinas. Rev. Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1998. v. III.

_____. **Comentário Literal ao Gênesis**. Trad. Agostinho Belmonte. Rev. J. Figueiredo. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. **Confissões**. 2ª ed. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio De Pina. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. **De moribus Ecclesiae Catholicae et de moribus Manichaeorum**. In: GILSON, Étienne. **Introdução ao Estudo de Santo Agostinho**. Trad. Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2006.

_____. **L' Immortalità Dell' Anima**. Disponível em: http://www.augustinus.it/italiano/immortalita_anima/index2.htm. Acesso em: 05/11/2011.

_____. **Lettera 162**. Disponível em: <<http://www.augustinus.it/italiano/lettere/index2.htm>>
Acesso em: 10/11/2011.

_____. **Lettera 166**. Disponível em: <<http://www.augustinus.it/italiano/lettere/index2.htm>>.
Acesso em: 05/11/2011.

_____. **Soliloquios**. Trad. Aduary Fiorotti. Rev. H. Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1998.

_____. **O Livre-Arbítrio**. 3ª ed. Trad. Nair de Assis Oliveira. Rev. Honório Bosco. São Paulo: Paulus, 1995.

BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. 7ª ed. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: VOZES, 2000. pp. 151 a 157.

GILSON, Etienne. **A Filosofia Na Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. pp. 142 a 158.

_____. **Introdução ao Estudo de Santo Agostinho**. Trad. Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2006.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.